

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo deve publicar lista com produtos que continuarão a ser tributados pelo IPI 2

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Juros pressionam a dívida mais que gastos públicos, dizem economistas 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária vai mudar competição entre Estados 7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Quase R\$ 1 bilhão de dívidas renegociadas 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nova opção de aplicação tem aporte a partir de R\$ 1 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lucro da Petrobras cai 7,2%, para R\$ 32,6 bi 11

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

EUA podem reduzir taxa sobre carne importada 12

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado financeiro eleva previsão da inflação para 4,91% 13

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Cesta básica sobe pelo quarto mês seguido e acumula alta de 10,7% 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Petróleo sobe e pressiona os juros globais 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inflação brasileira está mais sujeita a "desventuras", diz economista 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado eleva projeção de inflação para este ano 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Estímulos do governo para economia em ano eleitoral já somam R\$ 140 bi 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

O alto custo da guerra de Trump 23

Governo deve publicar lista com produtos que continuarão a ser tributados pelo IPI

TRIBUTOS *Beatriz Olivon e Jéssica Sant"Ana De Brasília*

Um novo regulamento trará uma lista de produtos que, mesmo após a **reforma tributária**, continuarão com incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A lista, confirmada pelo Ministério da Fazenda, é muito aguardada porque a alíquota do tributo será zerada para a grande maioria dos produtos a partir de 2027. O IPI será mantido apenas para 5% dos itens hoje tributados, segundo apurou o Valor.

A definição dos produtos está em fase avançada de estudos, de acordo com o Ministério da Fazenda. "Nós temos a tarefa de finalizar os estudos para a identificação dos produtos que continuarão com cobrança de IPI. É um rol pequeno, são basicamente os produtos com industrialização na Zona Franca [de Manaus] e similares. Estamos com os estudos muito avançados e agora vamos focar energia para terminar e publicar o quanto antes essa lista. E todos os demais terão a alíquota do IPI zerada", explicou recentemente Roni Peterson, gerente de Programa da **Receita Federal**, durante o lançamento do regulamento da **Contribuição e do Imposto sobre Bens e Serviços** (CBS e IBS, respectivamente).

De acordo com ele, será feita uma revisão da legislação do IPI para que "a grande maioria das empresas brasileiras esqueça que o IPI existe, porque não haverá

nem crédito na entrada nem débito na saída". "A intenção é que ele só permaneça realmente para as empresas que, de alguma maneira, ou pagam o IPI na saída ou têm creditamento para depois usar no pagamento da saída", afirmou Peterson.

A **reforma tributária** já previa que haveria a manutenção do IPI para produtos concorrentes da Zona Franca de Manaus que venham a ser produzidos em outras regiões do Brasil ou importados. Há expectativa sobre a lista por parte de profissionais da área tributária para se certificar de que só esses produtos continuarão a ser tributados pelo IPI ou ser virá alguma surpresa.

Para quem trabalha com precificação de produtos que tem IPI e tem concorrência com itens da Zona Franca de Manaus, a lista é aguardada para definição de preços, segundo a advogada tributarista Lia Drezza,

do escritório Sanmahe Advogados.

"A redução a zero não vai alcançar em especial bens de tecnologia de informação e comunicação que são regidos pela Lei de Informática [Lei nº 8.248, de 1991]. Eles devem ficar mais caros", estima. Ainda segundo a advogada, as leis complementares que regulamentam a **reforma tributária** foram silentes quanto a aproveitamento de créditos para o IPI.

Segundo Thiago Spressão, sócio

do Loria Advogados, existem alguns critérios que já podem ser usados pelas empresas para entender sobre quais produtos o IPI será mantido: se o item era fabricado na Zona Franca de Manaus em 2024 e tinha alíquota igual ou inferior a 6,5% em dezembro de 2023 e projeto aprovado na Superintendência da Zona Franca

de Manaus (Suframa) até a publicação da Lei Complementar nº 214. A norma, publicada em janeiro de 2025, instituiu o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo e criou o Comitê Gestor do IBS.

"Existem três requisitos para ter continuidade do IPI, se não preencher um deles fica sem o imposto", explica o tributarista. Apesar disso, o advogado considera que haverá insegurança se não for publicada uma lista taxativa. Enquanto isso, cada empresa pode fazer essa investigação, se sua produção atende a esses critérios e se ela tem algum concorrente produzindo na Zona Franca de Manaus.

Existe uma previsão da legislação de que bens de tecnologia da informação não precisam atender a esses requisitos para continuidade do IPI, ou seja, ele sobreviverá, obrigatoriamente, para itens como celulares, computadores e tablets, segundo Spressão, com o objetivo de manter a competitividade de um setor que já tinha o IPI reduzido. O advogado estima que o IPI poderá afetar a produção de peças automotivas, embalagens plásticas, além de eletrônicos.

O advogado afirma que a lista não é obrigatória, mas se não for publicada poderá gerar prejuízo para o próprio governo. De acordo com o tributarista, sem lista, se a empresa tiver certeza que seu produto não se enquadra nos requisitos, poderá deixar de pagar o

imposto, causando impacto na arrecadação e insegurança, além de potenciais litígios.

"Essa lista tem que ser publicada mais por segurança do que por validação. O IPI termina com a lista ou sem ela", diz ele, acrescentando que "o imposto vai manter sua finalidade extrafiscal". O tributarista aponta que, em situações específicas, o governo poderá aumentar o IPI em até 30%. "Há grande risco de utilização desse instrumento com finalidade arrecadatória."

Porém, para o advogado, com a **reforma tributária** grande parte das discussões que existiam nos tribunais sobre o IPI tende a não se repetir. Parte importante já havia sido resolvida pelos tribunais superiores, como a possibilidade de tomada de créditos de aquisições da Zona Franca de Manaus e a manutenção dos créditos mesmo quando o contribuinte tem saída isenta, imune ou alíquota zero.

Além disso, acrescenta, existem questões que foram resolvidas pelos tribunais e perdem a aplicabilidade com o novo regime, como a não tributação pelo PIS/Cofins dos créditos presumidos de IPI dados aos exportadores. Mas outras mesmo tendo sido resolvidas, destaca ele, poderão ser ressuscitadas com novos argumentos, como o caso da exclusão de IBS e da CBS da base de cálculo do IPI.

Os contribuintes perderam no Superior Tribunal de Justiça (STJ) o litígio sobre a exclusão do ICMS, PIS e Cofins da base de cálculo do IPI. A decisão considera que esses valores compõem o "valor da operação", mas com a troca do PIS e da Cofins pela CBS e ICMS pelo IBS, segundo o advogado, a discussão pode ser retomada com base em novos argumentos, em especial fundado na sistemática do cálculo por fora dos novos **tributos** (IBS e CBS).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juros pressionam a dívida mais que gastos públicos, dizem economistas

Lucas Pordeus León - Repórter da Agência Brasil

Os gastos públicos não são o vilão da economia que leva, necessariamente, à elevação dos juros e da dívida pública do Brasil. Por outro lado, são os juros altos pagos pela União - que consumiram R\$ 1 trilhão em um ano - que vêm pressionando a dívida do Estado, prejudicando a oferta de bens e serviços produtivos enquanto dão enormes lucros para os bancos do país.

Essa é a avaliação de três economistas consultadas pela Agência Brasil que desafiam a tese mais consolidada no jornalismo econômico de que os juros altos são uma resposta aos gastos públicos, assim como necessários para manter os preços sob controle.

A professora de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) Juliane Furno destaca que o principal fator de elevação da dívida pública no Brasil são os juros e não os gastos "primários", usados para pagar funcionários e os serviços prestados à população.

"É uma hipocrisia apontar que os juros altos respondem à elevação da dívida, porque são os juros que a causam. Se você decompor os componentes da dívida pública você vai ver que o déficit primário é o que menos impacta a dívida", afirmou a doutora em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

"É uma hipocrisia apontar que os juros altos respondem à elevação da dívida, porque são os juros que a causam. Se você decompor os componentes da dívida pública você vai ver que o déficit primário é o que menos impacta a dívida", afirmou a doutora em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Nos últimos 12 meses até março, o Brasil gastou R\$ 1,08 trilhão com juros, o que representa 8,35% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Em 2026, a Dívida Bruta do Governo Central - que reúne União, **INSS**, estados e municípios - cresceu 1,4 ponto percentual (p.p.), chegando a 80,1% do **PIB** (R\$ 10,4 trilhões).

Segundo o Banco Central, o principal responsável por esse aumento foram os juros nominais. "O aumento [da dívida] de 1,4 p.p. do **PIB** resultou da incorporação

de juros nominais (+2,4 p.p.), das emissões líquidas de dívida (+0,4 p.p.)", diz o **comunicado**.

A professora de economia política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Maria Mello de Malta avalia que o atual modelo macroeconômico que combina altas taxas de juros com exigências de corte de gastos primários é fruto de decisão política - e não técnica - que favorece a economia focada no setor financeiro.

"O que mais me choca é usar um país que tem o tamanho do Brasil como uma simples plataforma financeira, como se fôssemos Suíça ou Ilhas Cayman, que são minúsculas. É condenar 210 milhões de pessoas a uma vida cara e endividada porque você quer beneficiar um setor que emprega tão pouco e que, enfim, já ganha bastante", enfatizou a economista.

"O que mais me choca é usar um país que tem o tamanho do Brasil como uma simples plataforma financeira, como se fôssemos Suíça ou Ilhas Cayman, que são minúsculas. É condenar 210 milhões de pessoas a uma vida cara e endividada porque você quer beneficiar um setor que emprega tão pouco e que, enfim, já ganha bastante", enfatizou a economista.

Juros, dívidas e gastos

O endividamento das famílias no Brasil, que levou o governo a lançar o Novo Desenrola, reacendeu o debate sobre os juros reais praticados no país, o segundo mais alto do mundo, atrás apenas da Rússia.

Nesse contexto, economistas com destaque na imprensa têm justificado que o Banco Central (BC) apenas está reagindo à trajetória dos gastos públicos do Estado, pois os gastos teriam o poder de estimular a demanda e pressionar a **inflação** para cima.

A solução apresentada seria então o corte de gastos públicos, o que poderia prejudicar serviços como saúde, educação, segurança e atingir direitos como a aposentadoria dos trabalhadores.

O próprio BC, por meio das suas atas do Comitê de Política Monetária (Copom), pede corte de gastos, chamado de "disciplina fiscal".

"O Comitê reafirma a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros", diz a ata do final de abril .

Tese alternativa

Por outro lado, há um grupo de economistas que divergem dessa avaliação. Para esses especialistas, os gastos públicos devem ser protegidos, pois favorecem mais os mais pobres, e os juros devem ser cortados, pois beneficiam apenas o mercado financeiro.

Ao mesmo tempo, por essa corrente, a **inflação** deve ser controlada, principalmente, estimulando a oferta e não apenas combatendo a demanda, como faz a taxa Selic praticada pelo BC. O próprio BC estima que cada 1 p.p. de aumento da Selic aumenta a dívida em mais de R\$ 50 bilhões.

A professora da UFRJ Maria Malta destacou que, se o governo quiser reduzir a dívida pública, tem que cortar juros.

"Os juros são a maior conta que ele tem que pagar. Por outro lado, o gasto público tem um efeito multiplicador na economia. Gastar menos só tem um efeito: piorar o crescimento econômico, aumentar o desemprego e a dívida porque o lado da receita diminui quando o crescimento diminui", explicou a doutora em economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

"Os juros são a maior conta que ele tem que pagar. Por outro lado, o gasto público tem um efeito multiplicador na economia. Gastar menos só tem um efeito: piorar o crescimento econômico, aumentar o desemprego e a dívida porque o lado da receita diminui quando o crescimento diminui", explicou a doutora em economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Para a especialista, também não é possível comparar o Estado com uma família, ou com uma empresa, como alguns economistas fazem para criticar o endividamento do Estado, que tenderia a gastar mais do que arrecada.

"A lógica do indivíduo privado é completamente diferente da do Estado porque o indivíduo privado não emite sua própria moeda, nem define sua taxa de juros", explicou.

Estimular a oferta

A professora de economia Maria Lourdes Mollo, da Universidade de Brasília (UnB), avalia que a dívida pública do país vem aumentando há muito tempo por causa dos juros.

"O governo gasta demais pagando juros. O governo precisa gastar protegendo a população mais vulnerável e garantindo que a capacidade produtiva da economia cresça, ao invés de beneficiar apenas o setor financeiro", afirmou.

"O governo gasta demais pagando juros. O governo precisa gastar protegendo a população mais vulnerável e garantindo que a capacidade produtiva da economia cresça, ao invés de beneficiar apenas o setor financeiro", afirmou.

A professora Maria Lourdes, que é doutora em economia pela Universidade de Paris, reconhece que os juros altos reduzem a **inflação**, mas alerta para os "altíssimos" custos sociais.

"Quem está pagando esses juros altos são as pessoas que precisam do dinheiro para comer, morar, cuidar da sua saúde. E essas necessidades não podem diminuir. Por outro lado, quem está ganhando com esses juros altos são os que ganham no mercado financeiro. E isso é que está errado", completou.

Para Lourdes, a **inflação** deve ser combatida também pelo lado da oferta, estimulando a produção como forma de baixar os preços. Porém, ela alerta que os juros altos impedem o crescimento da oferta.

"Há um impacto negativo da taxa de juros altos sobre a capacidade produtiva da economia. Isso é muito ruim porque inibe, a médio e a longo prazo, o crescimento da oferta e tira, inclusive, possibilidades de resolver o problema da **inflação** de uma forma mais definitiva", completou a professora da UnB.

Gastos públicos

Sobre a parte dos economistas que sustenta que o caminho para cortar juros é cortar os gastos públicos, Maria Mello de Malta responde que o Estado não controla as necessidades de educação, saúde e aposentadoria da população.

"Não tem como o governo, atendendo ao Banco Central, reduzir gastos do dia para a noite. O Estado não controla a saúde ou educação da população. Isso tem a ver com o crescimento populacional, com a idade dos trabalhadores, das pessoas que vão nascendo, etc.", explicou a professora da UFRJ.

Para a professora Juliane Furno, da UFF, o Estado não "gasta demais" como costumam justificar alguns

economistas porque a Constituição do Brasil prevê a prestação de serviços públicos que demandam um volume maior de recursos que outros países.

"É claro que o Estado brasileiro gasta mais do que o chileno, por exemplo, mas isso é resultado de escolhas distintas. O Estado brasileiro escolheu prover saúde de forma universal, ter educação pública, garantir assistência social", lembrou a especialista.

"É claro que o Estado brasileiro gasta mais do que o chileno, por exemplo, mas isso é resultado de escolhas distintas. O Estado brasileiro escolheu prover saúde de forma universal, ter educação pública, garantir assistência social", lembrou a especialista.

A tese que apresenta o corte de gastos e as privatizações como solução para reduzir o endividamento público, o que abriria caminho para o corte de juros, é questionada pela professora Maria Mello de Malta.

Para ela, trata-se de uma "visão ideológica" que tem o objetivo de abrir, ao máximo, o espaço econômico para atuação do setor privado em busca do lucro.

"Na hora que você privatiza, você não privatiza só o custo. Você privatiza o lucro também. Privatizou-se a Eletrobras e não tem mais lucro da Eletrobras para ser distribuído para o Estado e melhorar a situação da dívida", finalizou.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-05/juros-pressionam-divida-mais-que-gastos-publicos-dizem-economistas>

Reforma tributária vai mudar competição entre Estados

A guerra fiscal, disputa entre Estados para atrair empresas via benefícios fiscais, impulsionou a redistribuição regional da indústria no país, segundo economistas das federações das indústrias dos Estados de Goiás, Santa Catarina e Pernambuco.

Carlos Henrique Oliveira, economista da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), disse que a guerra fiscal foi "determinante" para o Estado ser o "motor" do setor industrial do Centro-Oeste. "A economia goiana se diversificou e interiorizou, tornando-se a nona maior do país graças à política de incentivos fiscais adotada em 1984, com o programa "Fomentar", e em 2000, com o "Produzir", além de obras de infraestrutura e investimentos em formação de mão de obra, disse Oliveira.

No entendimento de Oliveira, Goiás também soube transformar "centralidade territorial em vantagem logística real". O escoamento de produção, em direção aos portos do Sudeste e ao corredor Norte-Centro-Oeste, é facilitado por essa condição natural. Malha viária, em expansão, e existência de ferrovias também foram citadas como vantagens. O economista lembrou que a **reforma tributária** acaba, gradualmente, com a guerra fiscal. "O ICMS é a base da política de incentivos fiscais. Com a mudança do modelo tributário, essa política [de incentivos] também deixará de existir", admite.

Pablo Bittencourt, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), ponderou que a **reforma tributária** deve ser elemento importante para o adensamento industrial futuro. O fim do efeito cumulativo de **impostos** pode favorecer o encadeamento produtivo em regiões com mão de obra e infraestrutura competitivas, notou. "E aí Santa Catarina pode se beneficiar", diz.

No entendimento dele, Santa Catarina tem capacidade interna de prover diversificação industrial, com encadeamento produtivo. Lembrou que, no "boom de commodities" nos anos 2000, a demanda externa por esse tipo de produto impulsionou exportações e isso acelerou a indústria de carnes no Estado. Lembrou que o crescimento de demanda interna por eletrodomésticos impulsionou fábricas nas cidades de Brusque, Jaraguá e Joinville. Essa capacidade interna de diversificação industrial deve prosseguir, disse.

Para Cezar Andrade, economista da Federação das Indústrias do

Estado de Pernambuco (Fiepe), o ambiente competitivo entre Estados no setor industrial deve mudar de forma estrutural com a **reforma tributária**. "A partir de 2032, com o fim dos incentivos fiscais regionais, Estados como Pernambuco precisarão competir muito mais por eficiência, logística e produtividade e não apenas por benefícios tributários", disse. "A infraestrutura passa a ser o principal diferencial competitivo para manter e atrair novos investimentos industriais", completa.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Quase R\$ 1 bilhão de dívidas renegociadas

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nessa segunda-feira que o novo Desenrola já renegociou quase R\$ 1 bilhão em dívidas em cerca de 200 mil pedidos.

O programa foi lançado pelo governo Lula (PT) na última semana para reduzir a inadimplência e melhorar a popularidade do presidente em ano eleitoral.

"São 200 mil pedidos já em avaliação dos bancos. Desses, 100 mil praticamente fechados e em volume crescente.

Cada dia a gente tem visto mais renegociações sendo feitas", disse Durigan em entrevista a jornalistas.

O Desenrola 2.0 oferece descontos de até 90% na dívida de consumidores com bancos, propõe limpar o nome de quem deve até R\$ 100, além de permitir o uso de até 20% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou até R\$ 1.000 - o que for maior - para pagar os débitos.

O ministro da Fazenda também afirmou o Desenrola Fies, para dívidas vencidas e não pagas há mais de 90 dias, deve estar totalmente disponível nesta semana. Nesse modelo, será possível pagar o débito à vista sem os juros e as multas e com um desconto de 12%.

"A medida provisória da semana passada deu as condições, e os bancos têm tirado dúvidas com o MEC [Ministério da Educação] e a Fazenda", disse.

Estímulo para os adimplentes Em relação a uma fase do Desenrola para aqueles que estão adimplentes, com os pagamentos de suas dívidas em dia, mas "enforcados" pelo alto valor das prestações, Dario Durigan afirmou que essa medida está em "segundo plano" e será discutida nos próximos dias.

"A gente não vai deixar de fazer também um estímulo para os adimplentes. Isso vai ser feito num segundo momento para que a gente primeiro faça a comunicação para quem está inadimplente, que é uma situação muito diferente, para que depois também honre e dê um estímulo, uma espécie de prêmio também, um merecimento para quem ficou adimplente", declarou.

Receitas extras do petróleo Segundo Durigan, o governo federal espera que o Congresso Nacional aprove ainda nesta semana o projeto de lei complementar que prevê o uso de receitas

extraordinárias obtidas com a alta do petróleo para reduzir **impostos** sobre gasolina e etanol.

Ele afirmou ter conversado com o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre o assunto e defendeu que a relatora do texto, Marussa Boldrin (Republicanos-GO), não amplie o escopo da proposta. A parlamentar disse na última semana que incluiria em seu relatório a possibilidade de uso desses recursos para seguro e dívidas rurais.

A proposta prevê que o aumento de arrecadação extraordinária com royalties, participação especial, **impostos** sobre empresas do setor (IRPJ e CSLL), dividendos e exportações de petróleo possa ser direcionado para compensar cortes em **tributos** sobre combustíveis, como PIS/Cofins e Cide.

"Esse é um projeto de lei complementar urgente, que deve ser votado rapidamente no Congresso, sem prejuízo de outras discussões que possam seguir em paralelo", afirmou Durigan (Da Folhapress).

Mais parcelamentos no cartão de crédito

O brasileiro aumentou o número de parcelas nas compras com cartão de crédito sem juros neste ano.

No primeiro trimestre de 2026, foram R\$ 138,3 bilhões em compras divididas entre 7 e 12 parcelas, aumento nominal de 16,4% em relação ao mesmo período de 2025, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) apresentados ontem.

Este valor representa 35,4% do total comprado no crédito parcelado.

Já o montante dividido entre 2 e 6 parcelas somou R\$ 243,6 bilhões, alta anual de 13,4%, correspondendo a 62,4% do total. No ano passado, porém, era 63,4% do total.

Já as compras acima de 12 parcelas sem juros somaram R\$ 8,5 bilhões, o equivalente a 2,2% do total. No primeiro trimestre de 2025, essa fatia era de R\$ 5,2 bilhões, ou 1,6% do total.

Ainda de acordo com os dados da Abecs, o uso do cartão de crédito aumentou na compra de eletrodomésticos e eletrônicos (21,4% na comparação anual), de livros (16,3%) e de roupas, sapatos e acessórios (13,2%). Nessa última categoria, a maioria

das transações é parcelada.

Já em alimentação, cujo uso do cartão subiu 12%, 80% das compras foram à vista, 13,4% em até seis vezes e 6,6% em mais de seis parcelas.

Em serviços, o maior crescimento do uso do cartão de crédito foi em educação básica (21,9%), a maior parte à vista.

Para Ricardo de Barros Vieira, vice-presidente executivo da Abecs, o aumento das parcelas não reflete necessariamente alto endividamento das famílias brasileiras, mas sim uma reorganização financeira de modo a adequar o valor da fatura à capacidade de pagamento.

"O brasileiro dividindo em mais vezes consegue espaço no seu orçamento mensal para fazer os pagamentos", diz o executivo.

O cartão de crédito como um todo cresceu 13% em um ano, alcançando R\$ 810 bilhões transacionados.

O ticket médio por operação aumentou 4,8%, a R\$ 148,75.

Apesar do forte uso do cartão, o peso do instrumento no endividamento do brasileiro é reduzido, diz a Abecs.

Com base em dados do Banco Central, a associação diz que o rotativo, juro acionado quando há atraso no pagamento da fatura, representa 2,6% do endividamento familiar.

"O pagamento das faturas no vencimento segue em 85%, estável há alguns semestres. E, em média, o brasileiro fica apenas 12,7 dias no rotativo", afirma Vieira.

Também segundo o BC, a inadimplência no cartão de crédito foi de 9,1% em março, crescimento de 1,3 ponto percentual em um ano.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-1205202606%20-%2012f2b19fb872d854ceffd60459a20dee.pdf?t=1778576968000

Nova opção de aplicação tem aporte a partir de R\$ 1

ISABELA ORTIZ

A Secretaria do Tesouro Nacional, a B3 e o Banco do Brasil lançaram oficialmente ontem o Tesouro Reserva, novo título do Tesouro Direto. A nova modalidade de investimento tem rendimento indexado à taxa básica de juros (Selic) e pode ser negociado a qualquer hora, todos os dias da semana.

Ao contrário do Tesouro Selic, o Tesouro Reserva não tem marcação a mercado, eliminando o risco de oscilações no valor do investimento em momentos de maior volatilidade do mercado financeiro. O título inicialmente está disponível para a base de 80 milhões de correntistas do Banco do Brasil.

Outras instituições estão em fase de testes e devem ofertar o papel em breve.

O Tesouro Reserva foi criado para quem quer montar uma reserva de emergência de forma simples e segura. O novo título visa atrair investidores iniciantes, fomentando a educação financeira de investidores, assim como outras iniciativas da Secretaria do Tesouro Nacional em parceria com a B3, a Bolsa de Valores do Brasil - caso da Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira (OLITEF).

"É um título pensado para quem quer começar a investir, formar uma reserva de emergência e ter previsibilidade, sem sustos no momento do resgate", explica Daniel Leal, secretário do Tesouro Nacional.

COMO FUNCIONA. O Tesouro Reserva oferece rendimento a partir do primeiro dia útil após a aplicação. O valor mínimo para começar a investir é de R\$ 1, com limite de até R\$ 500 mil por investidor ao mês, sem restrição para resgates.

A B3 é responsável pela infraestrutura que viabiliza a operação dos títulos do Tesouro.

Para o diretor de Relacionamento com Clientes e Pessoa Física da Bolsa, Felipe Paiva, o novo produto cumpre um papel importante na democratização do mercado financeiro do País. "Com o Tesouro Reserva, a pessoa pode aplicar valores a partir de R\$ 1, acompanhar o rendimento e resgatar quando quiser, 24x7 (24 horas, sete dias por semana).

Tudo feito de forma simples", afirma.

Os investimentos e resgates do Tesouro Reserva são realizados por meio do app Investimentos BB, utilizando transação via Pix, o que simplifica o processo.

O Tesouro Reserva segue as mesmas regras dos demais títulos do Tesouro Direto. Há incidência de Imposto de Renda (IR) apenas sobre os rendimentos, no momento do resgate ou do vencimento, com alíquotas regressivas: quanto mais tempo o investimento permanecer aplicado, menor o imposto.

Para aplicações resgatadas em até 30 dias, pode haver cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que é também regressiva e zerada após esse período. A cobrança dos **impostos** é automática, feita pela instituição financeira, sem necessidade de qualquer pagamento adicional por parte do investidor. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lucro da Petrobras cai 7,2%, para R\$ 32,6 bi

**DENISE LUNA GABRIELA DA CUNHA RIO TALITA
NASCIMENTO**

A Petrobras fechou o primeiro trimestre com lucro líquido de R\$ 32,66 bilhões, resultado 7,2% menor do que o de igual trimestre de 2025 e 109,9% maior do que o registrado nos três meses anteriores. De acordo com balanço enviado pela companhia ontem à noite à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o resultado foi influenciado pelo ganho com variação cambial, refletindo a valorização do real frente ao dólar, e pela reversão do chamado "impairment" (correção de valor de ativos).

O lucro líquido recorrente, sem eventos exclusivos, ficou em R\$ 23,811 bilhões no período, alta anual de 0,9%, mas queda de 7,2% ante o quarto trimestre de 2025.

A receita de vendas da estatal no período cresceu 0,4%, atingindo R\$ 123,6 bilhões, frente ao primeiro trimestre de 2025, mas recuou 2,9% em relação ao último trimestre do ano passado. De acordo com a Petrobras, o aumento dos preços do petróleo depois do início do conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã e o recorde da produção praticamente não se refletiram nas receitas do primeiro trimestre. Em relação aos volumes, há uma defasagem natural entre o embarque e o reconhecimento da venda que ocorre no momento da transferência de titularidade da carga, quando os navios chegam aos portos de destino.

A Petrobras registrou fluxo de caixa livre de R\$ 20,07 bilhões, queda de 22,9% em 12 meses. Por sua vez, o fluxo de caixa operacional (FCO) foi de R\$ 43,97 bilhões, recuo anual de 10,9%. Segundo a companhia, esse desempenho, somado às captações feitas no período, sustentou principalmente os investimentos, que somaram R\$ 23,9 bilhões, além do pagamento de passivos de arrendamento (R\$ 12,8 bilhões) e da remuneração aos acionistas (R\$ 11,6 bilhões).

A empresa também destinou R\$ 6,7 bilhões à amortização de principal e juros de financiamentos que venciam no trimestre. No mesmo período, a Petrobras diz que quitou empréstimos e financiamentos no total de R\$ 6,7 bilhões.

DÍVIDAS. A dívida líquida da empresa atingiu US\$ 62,09 bilhões no trimestre, valor 10,8% superior ao do primeiro trimestre de 2025. Já os investimentos somaram US\$ 5,107 bilhões, alta de 25,6% ante igual período do ano passado.

O Ebitda (lucro operacional, antes do pagamentos de juros, **tributos** e amortizações) ajustado teve queda de 2,4% ante o primeiro trimestre de 2025, para R\$ 59,64 bilhões. O Ebitda ajustado recorrente (sem eventos exclusivos) somou R\$ 61,67 bilhões, queda anual de 1,0%. A companhia explicou que, apesar da maior produção no trimestre, as exportações de petróleo realizadas no período foram menores, atenuando parcialmente os resultados.

DIVIDENDOS. O conselho de administração da Petrobras aprovou o pagamento de remuneração aos acionistas no valor de R\$ 9,03 bilhões, equivalentes a R\$ 0,70097272 por ação ordinária e preferencial em circulação. Segundo a companhia, trata-se de uma antecipação da remuneração relativa ao exercício de 2026, declarada com base no balanço de 31 de março deste ano.

Para os detentores de ações negociadas na B3, a data-base será em 1.º de junho, com os papéis passando a ser negociados "ex-direitos" a partir do dia seguinte. O pagamento será feito em duas parcelas, sob a forma de juros sobre capital próprio (JCP), sendo a primeira, de R\$ 0,35048636 por ação ordinária e preferencial, em 20 de agosto; e a segunda, também de R\$ 0,35048636 por ação, em 21 de setembro. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

EUA podem reduzir taxa sobre carne importada

Clarice Couto De São Paulo

O governo dos Estados Unidos planeja reduzir temporariamente tarifas aplicadas às importações de carne bovina, informou ontem à tarde o The Wall Street Journal. Logo após a publicação da reportagem, agências de notícias acrescentaram que a ordem executiva com a decisão seria assinada ainda ontem à noite, mas às 21h48, no Brasil, o jornal americano informou que Trump tinha adiado a medida.

Na reportagem, o WSJ informou, citando fontes a par do assunto, que o governo Trump poderia suspender **tributos** incidentes sobre importações que excedam cotas estabelecidas com os parceiros comerciais que vendem carne bovina ao mercado americano.

A eventual redução das tarifas permitiria aos EUA importar um volume maior do produto a custos mais baixos, reduzindo os preços da carne no mercado americano. Também poderia favorecer exportadores como o Brasil, que compartilha com outros países uma cota de 50 mil toneladas para os EUA, com tarifas reduzidas.

Segundo o jornal americano, medidas para baixar os custos dos pecuaristas e aumentar os empréstimos e o acesso a capital para os criadores também estariam nos planos de Trump. Além disso, poderia haver a redução de algumas exigências para os criadores, incluindo normas do Departamento de Agricultura (USDA) que obrigam o uso de brincos eletrônicos nos animais.

Os EUA têm enfrentado escassez de animais para abate, o que elevou os preços da carne bovina no país. Segundo o jornal americano, a carne moída é vendida atualmente a valores 40% superiores aos de cinco anos atrás.

O rebanho de gado bovino dos EUA atingiu recentemente o mais baixo nível em 75 anos, de acordo com a Bloomberg. Com isso, os preços cobrados de consumidores atingiram patamares recorde enquanto as margens de lucro de frigoríficos diminuíram.

O governo americano busca alternativas para lidar com a alta da carne bovina. Em fevereiro, ampliou a cota de importação da Argentina. A administração

Trump também investiga empresas de carne que atuam no país, entre as quais a JBS e a National Beef, controlada pela MBRF, por supostas práticas anticompetitivas que estariam levando às altas da carne.

Segundo a Bloomberg, com base em dados do USDA, os EUA devem importar volume recorde de carne bovina neste ano.

No caso do produto do Brasil, a administração Trump já havia suspenso, em novembro do ano passado, a cobrança de taxa adicional de 40% (dentro do tarifaço) que incidia sobre a carne .

O Brasil tem ampliado as exportações de carne bovina as EUA, hoje o segundo principal destino do produto, atrás apenas da China. Nos primeiros quatro meses do ano, o país enviou 149,8 mil toneladas de carne bovina aos americanos, 13,7% do total exportado pelo Brasil, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado financeiro eleva previsão da inflação para 4,91%

A previsão do mercado financeiro para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da **inflação** no país, passou de 4,89% para 4,91% este ano.

A estimativa está no Boletim Focus dessa segunda-feira (11), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Com a guerra no Oriente Médio pressionando o preço dos combustíveis e a **inflação**, a previsão para o IPCA deste ano foi elevada pela nona semana seguida, es-

tourando o intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em março, a alta dos preços em transportes e alimentação fez a **inflação** oficial do mês fechar em 0,88% - ante 0,7% em fevereiro. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,14%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para 2027, a projeção da **inflação** permaneceu em 4%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,64% e 3,5%, respectivamente.

Cesta básica sobe pelo quarto mês seguido e acumula alta de 10,7%

Taxa supera índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, que mediu **inflação** oficial do Brasil no período, aponta Dieese

O valor da cesta básica vendida na capital alagoana chegou ao quarto mês seguido de alta e acumula aumento de 10,73% no primeiro quadrimestre, segundo levantamento divulgado nessa segunda-feira (li) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em conjunto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O índice supera os 2,36% acumulados de janeiro a abril pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial do país.

Depois de atingir alta de 6,76% em março, o preço do conjunto de alimentos desacelerou para 1,27% em abril. No mês passado, o consumidor de Maceió desembolsou R\$ 652,94 para comprar a cesta básica.

O valor é o terceiro mais baixo do país. Nessa base de comparação, Aracaju apresentou o menor custo, com R\$ 619,31, seguida de São Luís (R\$ 639,24).

Em abril, os gastos com a cesta básica consumiram 43,55% do salário mínimo, fixado em R\$ 1.621. Com isso, o alagoano precisou trabalhar 88 horas e 37 minutos para adquirir o conjunto básico de alimentos.

Segundo o Dieese, nove dos 12 produtos que compõem a cesta básica vendida em Maceió tiveram aumento nos preços médios: feijão carioca (6,79%), leite integral (6,14%), tomate (3,14%), óleo de soja (2,72%), farinha de mandioca (1,35%), banana (1,15%), açúcar cristal (0,84%), pão francês (0,13%) e manteiga (0,13%).

No acumulado dos últimos 12 meses, foram registradas elevações em sete dos 12 produtos, com destaque para o feijão carioca (33,28%), tomate (12,89%), carne bovina de pri-

meira (7,45%) e óleo de soja (4,57%).

Em todo o país, o custo da cesta básica subiu em todas as capitais e também no Distrito Federal no mês de abril. As maiores elevações foram identificadas em Porto Velho, onde a variação média foi de 5,60%, seguida por Fortaleza (546%), Cuiabá (4,97%), Boa

Vista (4,36%), Rio Branco (4,05%) e Teresina (4,02%).

No acumulado do ano, todas as capitais registraram alta no preço médio da cesta básica, com taxas que oscilaram entre 1,56%, em São Luís, e 14,80%, em Aracaju.

Um dos principais responsáveis pelo aumento no custo da cesta foi o leite integral, que apresentou alta em todas as capitais analisadas. A maior elevação foi registrada em Teresina, onde a variação média chegou a 15,70%. Segundo a pesquisa, isso ocorreu devido à redução da oferta no campo durante a entressafra, o que elevou o preço dos derivados lácteos.

O preço do feijão, por sua vez, teve alta em 26 capitais brasileiras, com exceção de Vitória, onde não houve variação. Outro produto que

pressionou o valor da cesta foi o tomate, que apresentou alta em 25 cidades, com quedas no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, além de avanço expressivo de 25% em Fortaleza.

Já o pão francês, o café em pó e a carne bovina de primeira tiveram alta em 22 das 27 cidades analisadas.

Mais uma vez, a cesta básica mais cara do país foi a de São Paulo, onde o custo médio em abril chegou a R\$ 906,14. Em seguida aparecem as cestas de Cuiabá (R\$ 880,06), Rio de Janeiro (R\$ 879,03) e Florianópolis (R\$ 847,26).

SALÁRIO NECESSÁRIO

Com base na cesta mais cara do país, registrada em São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional de que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 7.612,49, o equivalente a 4,70 vezes o mínimo de RS 1.621 vigente.

Petróleo sobe e pressiona os juros globais

Luana Reis, Maria Fernanda Salinet, Gabriel Roca e Arthur Cagliari

O impasse nas negociações de paz entre Estados Unidos e Irã voltou a fazer com que os preços do petróleo subissem no mercado internacional, o que teve reflexos relevantes nos mercados de juros globais. Os rendimentos dos Treasuries subiram em bloco e, no Brasil, as taxas futuras exibiram um deslocamento relevante para cima e, assim, indicaram uma precificação bastante tímida de flexibilização da Selic à frente. O real e as bolsas de Nova York conseguiram se desvencilhar do mau humor global, mas o Ibovespa se manteve em queda firme ao longo da sessão.

Logo no fim de semana, declarações do presidente americano, Donald Trump, de que considerou a proposta de paz do Irã "inaceitável" indicaram uma abertura negativa dos ativos de risco na sessão desta segunda, o que, de fato, se materializou. Entre os preços do petróleo, o Brent para entrega em julho teve alta de 2,88%, a US\$ 104,21 por barril. Já o petróleo WTI para junho subiu 2,78%, a US\$ 98,07 por barril.

O mercado mais afetado continuou a ser o de juros às vésperas da divulgação de importantes dados de **inflação** e em um contexto no qual os bancos centrais têm apontado maior atenção para os riscos inflacionários derivados do conflito no Oriente Médio. Nos Estados Unidos, a piora na percepção de risco na **inflação** provocou um salto nas taxas dos Treasuries e levou o retorno do papel de dois anos a se aproximar de 4%. O retorno subiu de 3,895% para 3,966%, na máxima da sessão. Em prazos mais longos, o rendimento da T-note de dez anos avançou de 4,359% para 4,413%.

Aos poucos, grandes casas em Wall Street tem adiado as expectativas para uma retomada do ciclo de flexibilização monetária, o que provoca fortes reprecificações no mercado de juros. Ontem, inclusive, estrategistas do Bank of America emitiram um alerta ao avaliarem que os riscos de um aperto nos juros nos EUA estão "subprecificados". No fim dos negócios, os futuros dos Fed funds apontavam para 69,7% de chance de manutenção dos juros ao menos até o fim do ano e 26,3% de probabilidade de ao menos uma alta nas taxas até dezembro.

Diante de uma sessão de movimentos relevantes na curva de juros americana, o mercado doméstico não ficou atrás e também anotou um aumento expressivo

de prêmios: a taxa do DI para janeiro de 2028 subiu de 13,61% para 13,765%, enquanto a do DI para janeiro de 2031 avançou de 13,605% para 13,765%.

"A semana começou com decepção no noticiário da guerra: sem acordo e, por enquanto, sem novos passos em direção à desescalada. Ainda assim, a reação moderada do petróleo ajudou os ativos globais a manterem certa estabilidade, em vez de entrarem em modo de aversão a risco. Infelizmente esse não foi o caso dos DI's, que terminaram a sessão pressionados, abrindo [subindo] entre 0,15 e 0,15 ponto na parte intermediária da curva", observa um profissional de renda fixa da tesouraria de uma grande instituição local.

A piora na dinâmica do mercado de juros se refletiu ainda no desempenho do Ibovespa e nem mesmo a alta de 1,34% dos papéis ordinários da Petrobras impediu a desvalorização do principal índice da bolsa brasileira. No fim da sessão, o Ibovespa registrou queda de 1,19%, aos 181.909 pontos, próximo da mínima do dia. Já o câmbio terminou no zero a zero, com o dólar a R\$ 4,8913, em queda de 0,06%.

Em contraste com o desempenho doméstico, no exterior o dia foi positivo no mercado de ações, ainda que sem grande euforia. Em Wall Street, o índice Dow Jones subiu 0,19%; o S P 500 também avançou 0,19%; e o índice eletrônico Nasdaq teve alta de 0,10%.

Nos últimos dias, a piora na percepção de risco global e a visão construtiva para as ações de tecnologia têm provocado uma retirada de recursos no Brasil e favorecido as bolsas da Coreia do Sul e de Taiwan. O chefe de mesa de renda variável da Warren Investimentos, Ricardo Maluf, avalia que o rali de papéis de tecnologia na Ásia, onde o índice sul-coreano Kospi sobe 85% no ano, tem drenado capital de outros mercados emergentes nas últimas semanas. "O movimento coincide com a recente saída de investidores estrangeiros da bolsa brasileira", lembra.

Os estrangeiros registraram 11 sessões consecutivas de retiradas de recursos de ações da B3, o que levou a categoria a acumular saída de R\$ 3,3 bilhões em maio.

Ainda assim, o Goldman Sachs avalia que o movimento não deve ser interpretado como uma reversão estrutural de fluxo. O banco diz ver espaço para novas entradas de capital estrangeiro na bolsa

local mesmo após o fim da guerra no Oriente Médio, uma vez que a participação estrangeira nas ações brasileiras ainda está próxima da média histórica de longo prazo.

"Nossas conversas recentes com investidores americanos indicam que a demanda por diversificação em ações de emergentes segue forte, assim como a visão positiva para América Latina e ações brasileiras, dada a exposição da região às exportações de commodities", afirmam os estrategistas liderados por Kamakshya Trivedi.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação brasileira está mais sujeita a "desventuras", diz economista

Anaís Fernandes

O choque desfavorável aos preços desencadeado pelo conflito no Oriente Médio encontrou o Brasil em um momento em que o país já apresentava uma composição da **inflação** que, apesar da desaceleração, deixava-o mais "sujeito a desventuras", diz Claudio Ferraz, economista-chefe da Galapagos Capital. "Aí, teve um baita choque negativo de oferta", afirma.

A **inflação** brasileira desacelerou em 2025 mais por fatores ligados ao ambiente externo, como a China e o câmbio, do que domésticos, que continuaram pressionando os preços, por exemplo, de serviços, observa Ferraz. "O ponto de partida da **inflação** no Brasil deveria gerar cautela, porque era um tipo de composição da **inflação** que é fácil de mudar de patamar para cima caso haja um choque negativo de oferta, o que, nos últimos anos, é algo frequente."

Para ele, a guerra mais recente chama a atenção para uma ordem global caracterizada por maior frequência e persistência desse tipo de choque. Nesse ambiente, bancos centrais globais têm adotado uma postura mais conservadora, mas a comunicação do Banco Central do Brasil ainda parece moderada demais diante dos riscos, na avaliação de Ferraz. Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: Qual é a avaliação do conflito no Oriente Médio no seu cenário-base?

Claudio Ferraz: O cenário continua bastante incerto. Nosso viés, em geral, tem sido mais conservador, com a percepção de que seria difícil replicar uma resolução rápida do conflito como em outros na região recentemente ou até como foi em demais eventos geopolíticos que foram resolvidos rapidamente esse ano. Ver a distância entre os atores e os seus objetivos sugeria que era difícil ter uma resolução prática e objetiva em breve. Além disso, o próprio processo de cessar-fogo em si parecia frágil. Ele está durando porque não parece ter um objetivo, em particular de um dos lados, de reescalar o conflito. Mas eu também acho que não dá para considerar que esse risco desapareceu completamente, dados os eventos dos últimos dias. No fim, é a percepção de que é um conflito que ainda parece ter várias semanas pela frente. E, o principal, de que, mesmo quando

houver uma distensão mais concreta, os efeitos do choque de energia vão ser mais persistentes.

Valor: Por quais motivos?

Ferraz: Quer seja pela destruição de oferta [de petróleo], quer seja pela incerteza da negociação, quer seja pelo fato de que não é só um choque de energia, mas um que abarca diversas outras commodities, fertilizantes, logística. Acho que provoca até uma reavaliação de que o tema geopolítico é um tema em que a persistência e frequência de choques são maiores na atual ordem global.

Valor: Considerando que o conflito traz choques de **inflação**, mas também desacelera a atividade, a preocupação dos bancos centrais está pendendo mais para qual?

Ferraz: Tem uma clara indicação de que a discussão dos bancos centrais tornou-se mais cautelosa e conservadora. Claro que há diferenças do ponto de partida. Quando se recebe um choque de oferta negativo dessa magnitude, todos os bancos centrais deveriam observar cautelosamente o que está acontecendo, mas o ponto de partida é importante. Quanto mais próximo da meta sua **inflação** está, inclusive qualitativamente, com os núcleos bem comportados; quanto mais permanentemente ancoradas estão as expectativas de **inflação**; quanto mais próxima a economia está do seu potencial e mais estável o mercado de trabalho;

quanto mais credibilidade acumulada historicamente, mais fácil de o banco central entrar e se manter no modo "wait and see" [esperar e observar]. Aqueles que, ao contrário, tem **inflação** distante da meta, com núcleos elevados; expectativa de **inflação** desancorada e, eventualmente, em processo adicional de desancoragem; economia crescendo acima do potencial ou até acelerando, são bancos centrais com mais dificuldades de "olhar através" [do conflito]. Eles deveriam pensar muito bem no que fazer. O Fed [BC americano], por exemplo, na nossa visão, não corta mais juros esse ano.

Valor: Por quê?

Ferraz: Já tínhamos visão mais conservadora pré-choque, dado o que víamos da atividade, do mercado

de trabalho e da **inflação**. O choque só reforçou. Há outros bancos centrais dando sinais mais duros: já teve votação de alta na Inglaterra; tem discussão bastante mais clara no Banco Central Europeu; a Austrália está subindo juros. A impressão é que os bancos centrais estão se movendo em um ambiente bastante mais cauteloso.

Valor: E o Banco Central do Brasil está ficando para trás?

Ferraz: O ponto da comunicação ainda está moderado demais diante dos riscos. A ata [da última reunião do Comitê de Política Monetária] trouxe sinais de preocupação; ele reconheceu que a **inflação** mostrou valores bastante acima do esperado inicialmente e voltou a mencionar que ficou evidente uma desancoragem adicional de expectativa de prazo longo. Por outro lado, o comitê segue insistindo muito nos efeitos da política monetária sobre a atividade, talvez, muito confiante nisso e nos sinais que observou recentemente. Mas eu acho que a economia dá sinais de resistência, indicando, aparentemente, expansão bastante razoável no primeiro trimestre. Os dados do mercado de trabalho, em particular, são bastante relevantes, seja a taxa de desemprego ainda próxima das mínimas históricas, seja, principalmente, a renda, que está crescendo, em termos nominais, perto de 10% ao ano.

Valor: Quais a implicância disso para a **inflação**?

Ferraz: Uma coisa que me deixou cauteloso mesmo antes do choque [da guerra] é que a melhora da **inflação**, que de fato aconteceu ao longo de 2025, foi muito ancorada em temas mais ligados ao ambiente internacional do que ao doméstico, como a capacidade de oferta na China, o câmbio. A **inflação** de serviços nunca voltou para o intervalo da banda e, se você olhar para alguns segmentos, em particular serviços ligados à mão de obra, eles estavam acelerando. É claro que a meta fala da **inflação** cheia, mas o ponto de partida deveria gerar cautela, porque era um tipo de composição da **inflação** que é fácil de mudar de patamar para cima caso haja um choque negativo de oferta, o que, nos últimos anos, é algo frequente. Ter essa composição da **inflação** deixava a gente mais sujeito a desventuras, e, aí, teve um baita choque negativo de oferta. A **inflação** vai rodar o ano inteiro acima de 4% e nossas projeções mostram um número perto de 5%, talvez até um pouco mais ao fim deste ano. Já tínhamos um número perto de 4% para o ano que vem e, com um pouco mais de inércia, provavelmente, vamos revisar para cima. Então, apesar de sinais de cautela [na comunicação do BC] nas últimas semanas, porque passaram a falar de ritmo e extensão [do ciclo de cortes], eu acho que o tom ainda está mais moderado do que eu imaginaria

ou gostaria de ver diante dos riscos. Na última ata, gostaria de ter visto uma discussão mais aprofundada e detalhada sobre o tema da extensão do ciclo, porque foi uma mensagem importante do **comunicado**.

Valor: Qual é a extensão que vocês projetam?

Ferraz: Temos Selic de 13,5% ao final do ciclo. A gente tem optado sempre por ficar acima do consenso. A gente já tinha a expectativa de que não haveria espaço para aceleração [dos cortes], e acho que isso está ficando mais evidente. Mesmo que haja uma distensão [do conflito no Oriente Médio], é difícil ver uma mudança de ritmo e uma volta de discussão sobre um ciclo mais aprofundado. Então, estamos com 13,5%, mas o risco parece ser para cima, não para baixo.

Valor: Se o ciclo pode ser tão curto, o BC deveria sequer estar cortando juros agora?

Ferraz: A gente já achava que o ciclo deveria ser mais modesto. Em caso de persistência do conflito e dos seus efeitos, de piora relevante adicional das expectativas de **inflação**, de persistência do ritmo de crescimento da economia, não descartamos quadro em que o ambiente acabe impondo uma pausa no ciclo de calibração na virada do primeiro semestre. Talvez, o BC tenha de levar isso em consideração. Não ouvi nenhuma discussão a respeito disso, nenhum sinal.

Valor: O câmbio tem sido o ponto mais benigno. Isso vai continuar?

Ferraz: Além do "carry" que a gente já tinha, o Brasil é um exportador líquido de petróleo, o que nos diferencia positivamente em relação a outros emergentes. Essa diferenciação, que não havia préchoque, passou a existir, pelo menos enquanto o choque dura e seus efeitos continuam. E, talvez, um mundo pós-conflito demande parceiros exportadores de commodities mais distantes dessas regiões geopoliticamente complicadas. Além disso, tem uma percepção de que o Brasil e a região [América Latina] se beneficiam em um mundo em que há demanda por sistemas mais recentes de terras raras, minerais críticos etc. Então, existe uma nova oportunidade se abrindo para fluxos. Tem também o ambiente de diversificação do dólar, que já existia antes da guerra, mas que o conflito reforça. Se tiver algo que coloque em dúvida, de maneira contundente, o cenário de dólar global fraco, dependendo do nosso ambiente doméstico, inclusive diante das nossas fragilidades fiscais, não está garantido que o real vá continuar se comportando bem. É importante lembrar disso. Por

fim, acho que tem uma percepção também, no caso da região, de uma onda política que favorece visões de mercado, a se confirmar nas diversas praças.

Valor: O ambiente externo pode aliviar as volatilidades típicas de anos eleitorais como 2026?

Ferraz: Acho que isso pode, digamos, anestesiar preocupações que talvez devessem se materializar. Do ponto de vista fiscal, estamos em um cenário bastante preocupante. É uma trajetória que não pode continuar. Inexoravelmente, teremos de discutir assuntos que pretendam resolver essa questão. Talvez, a sinalização de uma agenda em direção a esse caminho, em um ambiente internacional favorável, seja suficiente para afastar preocupações que já pudessem existir num outro cenário externo. Mas não dá para deixar de estar atento às nossas fragilidades fiscais. Normalmente, você conserta o telhado quando está sol, não espera chuvas e trovoadas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado eleva projeção de inflação para este ano

Agentes do mercado financeiro elevaram a projeção para a **inflação** oficial no relatório Focus divulgado ontem. O documento publicado pelo Banco Central aponta que, pela nona semana consecutiva, houve um aumento nas expectativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que passou de 4,89% para 4,91%, na comparação com o relatório anterior. Para os anos seguintes, não houve mudança nas estimativas.

A deterioração das projeções para a **inflação** nos últimos dois meses está diretamente alinhada com a crise de abastecimento causada pela guerra no Oriente Médio, como destacam especialistas ouvidos pelo Correio. O

economista-chefe da Bluematrix Asset, Renan Silva, aponta que a falta de uma perspectiva clara de negociação pressiona ainda mais os preços no Brasil e em outros países do mundo. "Os agentes de mercado procuram, então, reprecificar as projeções", destaca.

Na mesma linha, o analista da Ouro Preto Investimentos Sidney Lima acredita que o mercado começa a abandonar uma visão mais otimista de desinflação rápida no Brasil. "Vejo que existe uma percepção crescente de que o processo será mais lento, mais incômodo e muito mais dependente do cenário externo do que se imaginava no início do ano", avalia Lima, que também cita a pressão maior sobre petróleo e a resiliência da economia americana como "danosas" para as expectativas inflacionárias globais.

A estimativa de agentes do mercado financeiro para o câmbio no final de 2026, no entanto, voltaram a apresentar queda no relatório desta semana. O documento publicado pelo Banco Central mostra que a projeção média entre os analistas para o dólar recuou de R\$ 5,25 para R\$ 5,20. Também houve queda para R\$ 5,35 nas expectativas para a moeda norte-americana em 2028. Ontem, o dólar fechou o dia cotado a R\$ 4,89 na cotação comercial.

A queda da divisa norte-americana se intensificou após o início do conflito que envolve Estados Unidos, Irã e Israel no Oriente Médio. O prolongamento das tensões tem causado ruídos para a economia dos EUA e, conseqüentemente, para a confiança sobre o dólar no mercado internacional.

No boletim divulgado ontem, a previsão para o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2026 ficou estável em 1,85%, ao passo que, para o ano seguinte, houve um aumento de 1,75% para 1,76%. Para 2027, o mercado também elevou a estimativa para a Taxa Básica de Juros, de 11% para 11,25%, ao mesmo tempo em que manteve inalterada a projeção para este ano em 13%.

Fechamento

Ontem, o dólar comercial fechou em baixa de 0,06%, após um dia de muita volatilidade, sendo cotado a R\$ 4,89. Apesar da leve queda, o Portfólio Ma-nager do Banco Sofisa lembra que a moeda brasileira continua se fortalecendo frente ao dólar e já acumula apreciação superior a 10% no ano.

"O movimento é sustentado por fundamentos sólidos, como o fluxo estrangeiro favorecido pelo diferencial de juros doméstico e o desempenho consistente das exportações de commodities, especialmente petróleo, que seguem apoiando a entrada de divisas no país", aponta o analista Rafael Pastorello, Portfólio Manager do Banco Sofisa.(RP)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/05/12/all.pdf>

Estímulos do governo para economia em ano eleitoral já somam R\$ 140 bi

ALVARO GRIBEL

integrantes do governo sobre o alto nível da taxa de juros no País, o governo Lula já anunciou R\$ 140 bilhões em medidas que vão estimular o crescimento, mas também pressionar a demanda e, consequentemente, a inflação em ano eleitoral.

Segundo levantamento feito pelo banco BTG Pactual, dez propostas já estão em vigor ou em fase de implementação.

Entre elas, estão a ampliação da isenção do Imposto de Renda (IR) até R\$ 5 mil mensais e políticas de crédito para caminhoneiros e para o Minha Casa, Minha Vida, além de programas para isentar os custos da energia para famílias de baixa renda.

Ao contrário de governos anteriores, que focaram a ampliação das despesas primárias - com impacto direto nas contas públicas -, dessa vez o governo Lula procurou acelerar as propostas "parafiscais", ou seja, sem impacto direto no Orçamento.

Segundo o economista Fábio Serrano, do BTG, o cálculo considera o "efeito líquido" das medidas sobre a economia.

"Os R\$ 140 bilhões são o que a gente calcula a mais de estímulo, entre 2025 e 2026, sem que haja impacto primário sobre as contas públicas. No caso das medidas de crédito, por exemplo, nós deduzimos da conta o pagamento das dívidas e contabilizamos o que entendemos ser o adicional sobre a economia", explicou.

Procurado, o Ministério da Fazenda afirmou, por meio de nota, que desde o início do governo 72 matérias de perfil econômico foram aprovadas pelo Congresso, sendo 40 com participação direta da pasta.

"O que mostra uma pasta operando em sintonia com as demandas de mudança da sociedade.

Medidas como a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, o consignado do trabalhador privado, o Desenrola (programa de renegociação de dívidas, que ganhou na semana passada sua segunda versão) e a regulação das bets têm efeito direto sobre a vida das pessoas", diz o texto.

O BTG revisou de 1,7% para 1,9% a projeção de crescimento do **PIB** deste ano, mas também subiu a projeção de inflação, de 4,7% para 4,9%. A maior explicação para a piora da inflação está no impacto da guerra no Irã, mas as medidas de estímulo também contribuem para pressionar a inflação de serviços.

CORTE DO IR. Pelas contas feitas pelo BTG Pactual, a medida com maior impacto sobre o crescimento neste ano é a que isenta do Imposto de Renda a faixa de renda de até R\$ 5 mil, uma das principais bandeiras eleitorais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - e que entrou em vigor no início do ano. A estimativa é de uma injeção de R\$ 31 bilhões na economia, gasto que foi compensado pela tributação da renda de quem ganha mais de R\$ 50 mil mensais.

Apesar disso, a proposta tem causado frustração na ala política do governo, já que as pesquisas de intenção de votos não têm capturado melhora na avaliação presidencial pelos efeitos da medida.

Na semana passada, o exministro da Fazenda Fernando Haddad, pré-candidato ao governo de São Paulo, fez uma publicação nas redes sociais exaltando a proposta.

"No quinto dia útil, muita gente percebeu algo a menos no holerite: a linha do Imposto de Renda. Quinze milhões de brasileiros que ganham até R\$ 5 mil por mês não vão mais precisar pagar Imposto de Renda. E você, o que faria com esse dinheiro a mais?", publicou Haddad.

Como as medidas já em vigor ou em fase de implementação são "parafiscais", o impacto sobre as despesas primárias deve ser limitado. Ainda assim, o último Boletim Macro Fiscal, com estimativas do mercado financeiro, projeta que o governo terá um déficit primário de R\$ 50 bilhões neste ano.

O resultado ficará longe da meta de R\$ 34 bilhões estipulada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para este ano. Ainda assim, o governo irá cumprir a meta, porque poderá excluir despesas autorizadas em lei, como gastos com precatórios.

MEDIDAS. No fim de abril, o governo anunciou a expansão do programa Move Brasil, com R\$ 21,2

bilhões em crédito para a compra de caminhões, ônibus e outros veículos pesados.

"A nova etapa do programa - que antes só financiava a compra de caminhões - passa a incluir também o financiamento de ônibus, microônibus e implementos rodoviários (como reboques e carrocerias, por exemplo), aumentando o seu público-alvo e o volume de recursos disponíveis", disse o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), em nota.

Segundo a pasta, as linhas têm juros abaixo dos praticados pelo mercado e prazo de pagamento de até dez anos, o dobro do prazo da linha da primeira etapa do programa.

O BNDES será o órgão que vai operacionalizar esses empréstimos.

Outras políticas de crédito são as alterações feitas nas regras do consignado privado, que podem injetar R\$ 24 bilhões; o novo modelo de crédito imobiliário, com R\$ 22,3 bilhões; além do Reforma Casa Brasil, R\$ 12,9 bilhões; o Minha Casa, Minha Vida, nas faixas 3 e 4, outros R\$ 6,5 bilhões. A nova fase do programa Desenrola, mais a permissão de uso do **FGTS** para abater dívidas, pode injetar R\$ 16,1 bilhões extras na economia.

Para o economista Luis Otávio Leal, da G5 Partners, do ponto de vista da **inflação** o Desenrola é o programa que mais pode estimular o consumo e dificultar a vida do Banco Central em seguir com os cortes de juros.

"Difícil dizer que um programa para reduzir o ônus da dívida sobre o trabalhador é ruim, mas, do ponto de vista da política monetária, é", afirmou. "Estávamos vendo um descolamento entre o crescimento da renda e o aumento do consumo, e isso tinha a ver com o nível de endividamento da população.

Portanto, se você reduz o impacto do serviço da dívida sobre a renda do consumidor, essa relação entre crescimento da renda e crescimento do consumo vai voltar a se intensificar." ENERGIA. No setor de energia, o governo lançou dois programas voltados para diminuir o peso das contas para trabalhadores de baixa renda, o que deve ampliar a renda disponível para o consumo.

O Luz do Povo dará gratuidade total na conta para famílias com baixo consumo e inscritas no CadÚnico, enquanto o Gás do Povo dará gratuidade na recarga do botijão de gás de cozinha para famílias com renda per capita de até um salário mínimo.

Por outro lado, calcula Serrano, do BTG, haverá uma retração de R\$ 12,5 bilhões em estímulos pelas mudanças que o governo fez nas regras do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

"É o único efeito negativo, de uma lista de 11 medidas.

É uma proposta do ano passado. O governo restringiu as regras que disciplinavam como as famílias poderiam usar o **saque-aniversário** do **FGTS** como colateral para pegar empréstimo", explicou.

Nas próximas semanas, o governo Lula ainda deve anunciar uma ampliação do programa Desenrola, voltado para pessoas adimplentes, mas que estão endividadas, e também para trabalhadores informais. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O alto custo da guerra de Trump

O custo da guerra para os Estados Unidos não é apenas a cifra anunciada de US\$ 25 bilhões de despesas orçamentárias extras. Essa é a ponta do iceberg, disse a professora de Harvard Linda Bilmes ao Financial Times. É preciso fazer a conta dos gastos indiretos, como o aumento da despesa com alimentos e com combustíveis, especialmente diesel. O conflito contra o Irã é parte do cotidiano dos cidadãos norte-americanos.

Numa reportagem sobre os impactos mensuráveis, o FT afirma, com base num estudo da Watson School of International and Public Affairs, da Brown University, que o consumidor americano já pagou US\$ 35 bilhões a mais com combustíveis desde o início da ofensiva. Resultado da alta de 50% no galão de gasolina e do reajuste do diesel. "Equivale a US\$ 268 por família, aproximadamente o valor de uma semana de compras de supermercado".

As famílias lidam com isso de maneira desigual, como sempre. O terço mais rico não mudou os hábitos, o terço mais pobre cortou o consumo e recorre a caronas e ao transporte público. O querosene de aviação subiu mais de 70%, o que está claramente afetando os preços das passagens aéreas e foi uma das razões da falência de uma companhia aérea low cost, a Spirit Airlines.

Há a perda do que não aconteceu. Não houve o corte de juros. Antes da crise, a previsão era de dois cortes de 0,25 ponto percentual, pelo menos. As reduções não foram feitas. E nem poderão ser, mesmo com a mudança do presidente do Fed que será agora em maio, porque a **inflação** está em 3,5%, bem acima da meta de 2%. A despesa dos juros mais altos do que estariam se não fosse a guerra é calculada na matéria do Financial Times em US\$ 200 bilhões. Juros menores estimulam a demanda, portanto, há também a ausência do estímulo que não ocorrerá.

Os fretes subiram de forma geral, até nas rotas que não passam pelo Oriente Médio, elevando os custos de produção da cadeia industrial e dos alimentos. Segundo a reportagem, os economistas estão prevendo que demorará seis meses até os efeitos desse choque chegarem aos preços da comida. Mas o valor do diesel, fretes mais altos e energia cara vão bater na **inflação** de alimentos. Tudo pode ser pior porque há ainda os fertilizantes que ficam mais caros e com menor oferta no mercado. Os países da região do Golfo são grandes fornecedores do produto. "O preço dos fertilizantes nitrogenados - muitos produzidos no

Oriente Médio - subiu mais de 30% desde o início da guerra", diz o jornal inglês.

Todos os países estão sentindo em maior ou menor grau o efeito do confronto em sua estrutura de preços. O Brasil, inclusive. A **inflação** de abril, que será divulgada hoje, mostrará a pressão dos preços provenientes da tensão geopolítica. Aqui, os combustíveis só não subiram tanto por dois motivos: a decisão de subsidiar o diesel e a política da Petrobras de segurar o reajuste da gasolina. Até que ponto isso é sustentável? Tanto o subsídio quanto o represamento de preços da gasolina têm peso elevado no gasto direto ou na receita que não vai entrar. Os juros aqui caíram, mas menos do que se projetava antes do confronto.

Além dos devastadores reflexos deste conflito, que o presidente Donald Trump iniciou intempestivamente e não sabe como terminar, paira ainda o temor do El Niño. Vários especialistas avaliam que o fenômeno climático poderá ser mais forte do que em anos anteriores. O resultado será mais **inflação**. Cálculos da G5 Partners mostram que em anos com El Niño, a média da **inflação** da alimentação no domicílio é de 11,6% contra 6,1% em anos sem esse fenômeno.

No ano passado, a alta do real e a falta de eventos climáticos extremos fizeram com que os alimentos registrassem alta de apenas 1,42%. Em 2026, só temos a valorização cambial jogando a favor.

Há nove semanas, o Boletim Focus vem aumentando a projeção do IPCA e há quatro semanas a previsão para 2026 é de estouro do teto da meta, o que piora o quadro para um governo que está disputando a reeleição. Ruim também é o impacto da operação no Irã no eleitorado que estará votando para renovar a Câmara dos Representantes e parte do Senado nos Estados Unidos. A aprovação de Trump nunca foi tão baixa. Ele prometeu não iniciar novas guerras, encerrar algumas, manter a **inflação** baixa e gasolina barata. Mas a realidade é o oposto do que o seu eleitor estava esperando.